



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Há que rever os procedimentos de apreciação e autorização dos pedidos de contratação e de entrada e saída dos trabalhadores domésticos**

A falta de trabalhadores domésticos provocada pela pandemia já se arrasta há muito tempo, e o fenómeno de desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado dos trabalhadores domésticos deu lugar a uma série de confusões, que resultaram em sofrimento para as famílias em que ambos os pais trabalham. O salário mensal de um trabalhador doméstico varia, normalmente, entre 7 e 8 mil patacas, e mesmo aumentando o salário, nem sempre é possível manter o trabalhador, e além disso, são frequentes as situações em que os trabalhadores actuam propositadamente para serem despedidos quando querem mudar de emprego, e há ainda situações em que os trabalhadores trabalham ilegalmente após serem despedidos, e as famílias em que ambos os pais trabalham estão cansados física e mentalmente, devido à pandemia e à pressão que estão a sentir.

De facto, o surgimento destas situações implica uma sobreposição de vários factores, tais como as restrições ao transporte e às entradas e saídas entre Macau e o país exportador de trabalhadores domésticos devido à pandemia, e o regime de “período de inactividade” constante da actual Lei da contratação de trabalhadores não residentes apresenta lacunas, e há situações em que as pessoas se aproveitam dessas lacunas. Mesmo que o empregador despeça o trabalhador não residente nos termos da Lei das relações de trabalho e cancele o seu “*blue card*”, o trabalhador



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

pode adiar o regresso ao seu local de origem e prorrogar a permanência para trabalhar ilegalmente, alegando as dificuldades do regresso devido à pandemia, e após concluído o “período de inatividade” de seis meses e de ter tomado a vacina, pode obter um visto para o Interior da China e regressar a Macau, activando o título de trabalho e alterando o tipo de funções.

Por outro lado, segundo alguns empregadores, na apreciação dos pedidos de prorrogação de autorização de permanência, os Serviços de Migração têm essencialmente em conta se existe alguma ilegalidade ou suspeita de infracção por parte do trabalhador doméstico. Mesmo que se registe alguma anomalia em relação ao trabalho, os trabalhadores que não reúnem condições conseguem mudar de emprego ou de entidade patronal ao abrigo do “período de inatividade”, o que leva a que o mercado dos trabalhadores domésticos esteja cada vez pior. Pelo exposto, a sociedade espera que o Governo melhore o regime do “período de inatividade” e reveja os procedimentos de apreciação dos pedidos de autorização de permanência dos trabalhadores não residentes, a fim de estabilizar o mercado dos trabalhadores domésticos e proteger os seus direitos e interesses, para que as famílias em que ambos os pais trabalham possam ter uma vida estável.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta a situação caótica decorrente da pandemia, os serviços competentes devem exigir aos trabalhadores domésticos a apresentação de uma certidão de cessação de funções quando requerem a prorrogação do prazo de autorização de permanência após cessarem funções, ou quando requerem o novo “*blue card*”, a fim de se poder verificar se os requerentes preenchem os



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

requisitos previstos no n.º 3 do artigo 8.º da Lei da contratação de trabalhadores não residentes e reduzir as situações em que os trabalhadores domésticos actuam propositadamente para serem despedidos quando querem mudar de emprego. Vão fazê-lo?

2. Actualmente, entram em Macau poucos trabalhadores domésticos não residentes, uma das razões são as restrições à entrada de estrangeiros em Macau, a outra são as elevadas despesas de isolamento nos hotéis de observação médica, e os empregadores e as agências de emprego nem sempre estão dispostos ou têm condições para suportar essas despesas. Assim sendo, com vista a revitalizar o mercado, o Governo deve dialogar com as agências de emprego dos trabalhadores não residentes, definindo planos específicos de isolamento para os trabalhadores domésticos provenientes das regiões onde a situação epidémica está estável. Vai fazê-lo?

25 de Março de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Wong Kit Cheng**